



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA
DEPARTAMENTO DE PROJETOS

**Relatório Final de Atividades
PIBIC/CNPq - BIP/UFSC 2007/2008**

**O COMPORTAMENTO DO MERCADO DE TRABALHO EM SANTA CATARINA
A PARTIR DE 1990**

AUTOR: Pietro Caldeirini Aruto
Graduação em Ciências Econômicas

ORIENTADOR: Prof^o Lauro Mattei
Centro Sócio Econômico – Departamento de Ciências Econômicas

Assinatura do Aluno

Assinatura do Professor Orientador

Florianópolis, agosto de 2008.

O COMPORTAMENTO DO MERCADO DE TRABALHO EM SANTA CATARINA A PARTIR DE 1990

1. RESUMO

Com o esgotamento do padrão fordista de acumulação de capital, teve início, a partir do final dos anos de 1970, um processo de reestruturação produtiva em escala global. Conhecido como padrão de acumulação flexível, este processo demandou uma readequação do uso da força de trabalho, que foi traduzido pela flexibilização do próprio mercado de trabalho e pela desregulamentação dos direitos trabalhistas. No Brasil essas mudanças ganharam maior consistência durante a década de 1990 através da abertura comercial e a desregulamentação dos mercados, e culminaram no crescimento das taxas de desemprego, elevação das ocupações informais, bem como aumentou as desigualdades salariais entre as diversas categorias de trabalhadores. O estado de Santa Catarina, por possuir seu mercado de trabalho sob influência do movimento maior da econômica brasileira, também sofreu algumas conseqüências acima mencionadas, apresentando uma tendência quase que similar ao conjunto do país. Neste sentido, a pesquisa analisa o comportamento do mercado de trabalho catarinense a partir de 1990, com o objetivo de expor o panorama atual da composição e distribuição do conjunto das ocupações no estado, bem como de questões específicas relativas ao mercado formal de trabalho. Para tanto, utilizou-se nas análises dados oriundos da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD) e da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), disponibilizados pelo IBGE e Ministério do Trabalho e do Emprego, respectivamente. Os resultados indicam que houve uma alteração na distribuição setorial dos postos de trabalho e também uma mudança no perfil dos empregados, principalmente em relação a gênero e escolaridade. Houve um aumento da participação feminina na ocupação do estado, assim como cresceu a participação dos trabalhadores com maior qualificação e menores salários. Conclui-se que o mercado de trabalho catarinense em grande medida segue as tendências do mercado de trabalho nacional, à luz das transformações da economia brasileira.

Palavras-chave: mercado de trabalho; emprego; Santa Catarina

2. INTRODUÇÃO

2.1 Revisão Bibliográfica

A crise econômica que se instalou a partir da década de 1970 iniciou uma nova etapa no padrão de acumulação capitalista. De caráter global, esta crise se expressou de maneira desigual pelo mundo, impondo uma nova divisão internacional do trabalho, com fortes conseqüências para os trabalhadores (POCHMANN, 2002). As inovações oriundas da terceira revolução industrial aliadas à estagnação econômica impuseram um aumento do desemprego estrutural, da precariedade, insegurança do trabalho e queda dos salários.

Além disso, como resposta à crise, as empresas alteram a composição do seu quadro de empregados e da gestão da força de trabalho, com o objetivo de adequá-los a nova maquinaria inserida e visando conter os custos. Para legitimar as novas relações de produção, foi-se consolidando um aparato ideológico cunhado pelo termo *neoliberalismo*. No Brasil, a reestruturação produtiva agravou as condições dos trabalhadores além de

aprofundar algumas tendências históricas do mercado de trabalho brasileiro, como o baixo salário, a informalidade e a precariedade.

O estado de Santa Catarina, mesmo com suas especificidades históricas, sofreu também os efeitos da dinâmica econômica nacional, tendo em vista que alterações da política econômica nacional repercutiram sobre a estrutura produtiva e o mercado de trabalho catarinense. O comportamento do emprego no estado é um indicativo dos impactos da reestruturação produtiva em Santa Catarina.

2.1.1 Crise, Reestruturação Produtiva e Globalização

Em linhas gerais, o nível e a qualificação dos empregos nos países capitalistas centrais estão submetidos ao padrão de acumulação de capital e a regulação das relações de produção por parte do Estado. Nesse sentido, para se compreender as transformações no mundo do trabalho contemporâneo, torna-se necessário um breve apanhado histórico.

O processo de reconstrução dos parques fabris europeus, após o término da segunda guerra mundial, conduziu a um alto crescimento econômico, obtido “através de taxas elevadas de crescimento do investimento privado, do gasto público, da produtividade e dos salários reais em uma situação de pleno-emprego” (BELLUZZO, 1997, p. 172). Em resposta a esse processo, o nível de ocupação, de renda e distribuição apresentou melhoras significativas para os trabalhadores. Além disso, o período é marcado por uma série de conquistas sociais: “as políticas keynesianas promoveram, conjuntamente com a reformulação do papel do Estado, maior segurança socioeconômica aos trabalhadores e, portanto, menor grau de exclusão social...” (POCHMANN, 2002, p. 11).

Essas conquistas expressam uma série de movimentos reivindicativos dos trabalhadores que, sintonizados com os sindicatos, exerceram constante pressão frente aos aparelhos de Estado. O Estado de bem-estar social surge do compromisso que a classe trabalhadora realiza com o Estado e o patronato. Os trabalhadores trocam um projeto histórico-social definido por uma série de benevolências do Estado (ANTUNES, 1999). É dentro desse acordo que os repasses de produtividade aos trabalhadores devem ser entendidos, assim como a regulação estatal que ampara e protege as relações de trabalho.

Segundo Antunes (1999), a crise econômica dos anos de 1970 alteraria profundamente esse quadro. A sua origem tem uma dupla determinação. O período ficou marcado por uma recessão econômica generalizada, expressão do estrangulamento do modo de produção capitalista, cujas principais características foram: queda da taxa de lucro; retração do consumo; queda dos investimentos produtivos em detrimento de uma hipertrofia da esfera financeira; acirramento da concorrência intercapitalista e, por consequência, um acirramento na distribuição social da produção. Além disso, outro movimento infligiu a crise no sistema capitalista, além do esgotamento econômico pontuado anteriormente. Na

verdade, a disputa pela produção social e a maior “homogeneização” dos trabalhadores em torno dos objetivos classistas permitiu uma forte ascensão dos movimentos sociais que almejavam, além das questões pontuais como salários e jornada de trabalho, o controle social da produção nas fábricas (idem). Dessa forma, o próprio compromisso social firmado pelo Estado de bem-estar social estava em xeque.

Em suma, tanto o modo de produção capitalista quanto o seu sistema de dominação societal eram questionados, restando como saída a mudança no padrão de acumulação. Era imperativo para o capital retomar as taxas de acumulação – mediante um aumento na produtividade – e estancar os movimentos sociais reivindicatórios. E isto se realizou ainda nas décadas finais do século XX, período conhecido na literatura sócio-econômica como o processo de *Reestruturação Produtiva*.

No final da década de 1970, foi introduzida uma série de inovações tecnológicas oriundas da chamada 3ª Revolução Tecnológica. Utilizando os avanços da robótica, microeletrônica, mecatrônica e de novas fontes energéticas essas tecnologias espalharam-se tanto para os setores produtivos quanto para os setores ligados às atividades de serviços (DIEESE, 1996). As unidades de produção apresentaram alterações no seu processo produtivo e modificações na sua localização, ou seja, estabeleceu-se outra hierarquia de funcionamento entre as cadeias globais de produção.

Contudo, a introdução das novas tecnologias passou pela transformação no uso e gerência da força de trabalho, como enfatiza Coutinho (1992, p. 75): “De nada adiantará (e isto está demonstrado por estudos empíricos) introduzir novos processos e equipamentos se a força de trabalho, na produção, na gerência e na engenharia, não estiver preparada para desempenhar, com eficácia, esses novos papéis

A partir daí tem início um padrão de acumulação capitalista mais flexível que solaparia as bases do sistema produtivo taylorista/fordista¹, orientado pela articulação simbiótica entre tecnologia e força de trabalho, mediante exploração do trabalhador, principalmente do seu componente intelectual. Esse padrão de acumulação flexível, ao interagir diferentemente a força de trabalho dentro do processo de valorização, modificou qualitativamente e quantitativamente o mercado de trabalho regulado, herança dos “anos gloriosos” do pós-guerra.

A legislação trabalhista que protegia e garantia direitos sobre o uso e remuneração da força de trabalho era um entrave para as empresas, principalmente em tempos de concorrência internacional, estagnação econômica e reestruturação produtiva. A acumulação flexível necessitava de *outro* amparo legal e jurídico por parte do Estado. Em outras palavras, a agenda neoliberal permite adequar o mercado de trabalho às exigências da acumulação

¹ A mudança no padrão de acumulação é o substrato para se entender o comportamento recente do mundo do trabalho. Focaremos esse ponto na próxima subseção.

flexível, modificando a atuação e regulação do Estado dentro da esfera do mundo do trabalho.²

As políticas neoliberais também se respaldaram na formulação de política econômica dos países centrais. Ao mesmo tempo em que as economias capitalistas em crise modificavam a estrutura produtiva, as propostas conservadoras indicavam o excessivo dispêndio dos gastos sociais e a queda do nível de poupança como os fatores responsáveis pela recessão (POCHMANN, 2002). Esse cenário fortalecia os argumentos em favor da desregulamentação e da flexibilização do mercado de trabalho.

Apesar do salto tecnológico e da retomada de produtividade, a economia após meados dos anos 80 nunca conseguiu restabelecer as taxas de crescimento do pós-guerra, ou, pelo menos, de maneira generalizada e prolongada. As características da economia mundial se diferem em muita dos anos anteriores a década de 70. A recuperação econômica ocorreu em meio a uma intensificação dos movimentos internacionais de capitais, ataques especulativos sobre as moedas nacionais e elevação das taxas de juros internacionais. A constituição prévia de um mercado de alcance mundial e a internacionalização do capital, sobretudo o financeiro, configurou o processo de *mundialização do capital* (CHESNAIS, 1995).

No início da década de 90, o processo se vulgarizou dentro daquilo que foi chamado de genericamente de *globalização*. Coutinho (1995, p.21), na tentativa de pontuar o termo, considera que “a globalização pode ser entendida como um estágio mais avançado do processo histórico de internacionalização”. Atendo-se estritamente aos impactos sobre o mundo do trabalho, os efeitos da globalização econômica prejudicaram as condições dos trabalhadores em detrimento da maior autonomia das empresas (POCHMANN, 2002). Houve uma ampliação tanto do desemprego estrutural quanto o desemprego aberto, fruto da incorporação das inovações tecnológicas e da incapacidade de manutenção prolongada de um crescimento econômico, desregulamentação e flexibilização das relações de trabalho, mudança nos setores produtivos que mais concentravam força de trabalho, etc.

Dessa forma, não só houve uma mudança *quantitativa* em relação ao perfil dos empregados e desempregados como ocorreu uma alteração *qualitativa* sobre os trabalhadores. O período foi marcado por um aumento generalizado do desemprego, da precarização e informalidade dos postos de trabalho, e de uma mudança na composição setorial dos empregos, sobrepondo-se o terciário. A participação feminina nos postos de trabalho também se elevou, contudo, se efetivou nos postos mais precários e com os menores salários.

² A existência de um mercado de trabalho altamente flexibilizado e desregulamentado constitui-se no traço distintivo da reestruturação produtiva do capital sob a condução do projeto neoliberal (ANTUNES, 1999, p. 90).

2.1.2 As transformações no mundo do trabalho e o comportamento do emprego no Brasil

O padrão de acumulação fordista, com suas grandes linhas de montagem, implicava em uma relação individual homem-máquina, assim como uma fragmentação de tarefas e verticalização da produção, com uma clara distinção entre execução e planejamento da produção. A indústria concentrava grande parte do trabalho, permitindo uma maior homogeneização dos trabalhadores naquilo que ficou conhecido como *operária-massa*. De acordo com Harvey (2002), o *fordismo* compreendeu mais que um processo produtivo e se configurou como um “modo de vida total” que se estabeleceu, definitivamente, a partir da segunda guerra mundial. A produção e o consumo em massa, aliados a uma forte presença estatal, definiram uma divisão social do trabalho peculiar, permitindo a edificação nos países centrais do *welfare state*.

Desta forma, foram sendo introduzidas mudanças no processo produtivo através da agregação de diversas experiências de desconcentração industrial, ao mesmo tempo em que se mesclavam alguns elementos do padrão anterior (ANTUNES, 2000). Esse novo padrão de produção capitalista ficou conhecido como *Toyotismo*, tendo como epicentro as experiências japonesas do pós-guerra, as quais disseminaram mundialmente o padrão de acumulação flexível.

Na acumulação flexível intensifica-se a exploração do trabalhador, principalmente do seu componente intelectual e da sua polivalência, através da introdução de novas tecnologias oriundas da chamada Terceira Revolução Industrial. Com isso, um mesmo trabalhador passou a operar mais de uma máquina, possibilitando um aumento da produtividade do trabalho, sem que haja aumento do número de operários. A orientação da produção de acordo com o método “*Just in time*”; o uso de tecnologias que facilitam a desconcentração industrial; e a horizontalização da produção permitiram que se formasse uma rede de sub-contratados que disseminaram a nova ordem produtiva.

A homogeneização do *operário-massa* foi rompida tanto pelas mudanças introduzidas no processo produtivo quanto pela vigência de políticas desreguladoras do mercado de trabalho. Para o capital produtivo, é vantajosa a coexistência de uma força de trabalho qualificada, capaz de operar as máquinas e seu alto conteúdo tecnológico, e de uma força de trabalho pouco qualificada, responsável pela realização de tarefas de manutenção e suporte do processo produtivo, com uma baixa remuneração. O resultado foi o distanciamento dentro da classe trabalhadora, principalmente quando estruturas previamente dissociativas, como a questão de gênero, idade e escolaridade, são intensificadas dentro do *toyotismo*. Além disso, a combatividade dos trabalhadores, em busca de uma reversão dessas tendências, foi entorpecida através da incorporação dos sindicatos dentro da influência das empresas. Antunes (2000, p. 170) retrata a atual situação da classe trabalhadora diante do processo de reestruturação produtiva:

Essas mutações criaram, portanto, uma classe trabalhadora mais heterogênea, mais fragmentada e mais complexificada, dividida entre trabalhadores qualificados e desqualificados, do mercado formal e informal, jovens e velhos, homens e mulheres, estáveis e precários, imigrantes e nacionais etc., sem falar nas divisões que decorrem na inserção diferenciada dos países e de seus trabalhadores na nova divisão internacional do trabalho

Conforme indicado na citação acima, essas conseqüências ocorreram de maneira mais crítica nos chamados países periféricos, como o Brasil. O caso brasileiro se tornou grave, uma vez que as mudanças na esfera produtiva encontraram um mercado de trabalho pouco estruturado, embora o país tenha obtido um grande crescimento econômico no período do pós-guerra. Por isso, questões como desemprego, informalidade e precariedade, se expressaram com maior força após o processo de reestruturação produtiva.

Historicamente o mercado de trabalho do Brasil é caracterizado pela heterogeneidade e pela desigualdades. Mesmo durante os anos de 1930 a 1970, caracterizados pelo crescimento econômico, o país não consegue abarcar de maneira satisfatória a força de trabalho dentro de um mercado de trabalho regulado. As tecnologias importadas durante o processo de industrialização não promoveram, por si só, uma dinamização da estrutura social e redução da exclusão social. O vigoroso crescimento conduziu a um aumento dos postos formais de trabalho, contudo, as ondas migratórias campo-cidade aliadas a manutenção da grande propriedade fundiária infligiu um crescimento das atividades informais e de sobrevivência nas grandes cidades. (BARBOSA DE OLIVEIRA, 1998).

Em linhas gerais, o desenvolvimento econômico apresentado até o fim da década de 1970 combinou-se com a reprodução da pobreza, tanto rural como nas cidades. Para Baltar, Dedecca e Henrique (1997) a tendência de assalariamento que o Brasil apresentou entre 1940 e 1980 estava assentada na combinação “desenvolvimento econômico e exclusão social”. O próprio desenvolvimento econômico, pautado num aparelho produtivo que não difundiu o consumo de massas e não promoveu um aumento do poder de compra, reproduzia a condição de pobreza, por isso a coexistência desses dois núcleos.

Durante a década de 1980, chegam ao fim os impulsos socioeconômicos, principalmente devido à mudança do cenário econômico internacional. O choque do petróleo, da dívida e a alta das taxas de juros nos mercados financeiros internacionais forçaram o Brasil a cumprir o compromisso das dívidas contraídas na década de 1970. Nesse momento, o país adota uma política de ajuste recessivo, com repercussões massivas sobre as ocupações. Até 1983, o país enfrentou forte recessão com a eliminação de muitos postos de trabalho, principalmente na indústria de transformação, que no final do mesmo ano, possuía o mesmo número de empregados que em 1973 (BALTAR, DEDECCA e HENRIQUE, 1997).

O final da década de 1980 ficou marcado pelas oscilações do produto e, conseqüentemente, do emprego. O mercado de trabalho dava claros sinais de que não

recuperaria a tendência de assalariamento que apresentou nas décadas anteriores. Na verdade, a estagnação econômica e o pouco dinamismo da indústria favoreciam a criação de postos informais de trabalho, principalmente nos negócios por conta própria. Em suma, o mercado de trabalho brasileiro nos anos de 1980 passou por uma forte desestruturação, com um aumento da pobreza, diminuição dos postos formais de trabalho e uma incapacidade de absorção dos jovens que adentravam na PEA.

O país iniciou a década de 1990 em meio a oscilações do produto e retração da produção industrial que perduraria até 1992. A taxa de desemprego industrial aumentou juntamente com a queda da produção, porém, durante o período de recessão ocorreu a chamada reestruturação produtiva, com a modernização do aparelho produtivo e adoção de novas formas de gestão da força de trabalho. A retomada das atividades econômicas depois de 1992 é impulsionada pelo aumento de produtividade industrial e do investimento, principalmente de bens de capital. Contudo, diferentemente dos anos de 1980, o aumento da produção industrial ocorre com uma redução de trabalhadores nesse setor, principalmente na indústria de bens de capital.

A retomada das atividades após 1992 teve impactos sob outros segmentos. O setor terciário, beneficiado pelo aumento de renda procedente do incremento da produtividade industrial, aumentou o seu nível de emprego, absorvendo parte do contingente liberado de atividades que perderam postos de trabalho, como extração mineral, serviço industrial de utilidade pública e as atividades financeiras. Contudo, foi um crescimento muito reduzido e não se prolongou depois de 1997 (BALTAR, 2003).

Apesar da elevação do emprego pós-1992, que em números absoluto apenas recuperou os perdidos durante a recessão, houve uma profunda alteração na distribuição e composição das ocupações. O emprego assalariado durante o período teve uma forte queda entre 1990 e 1992 (5,7%) e após o período se recuperou em 5,1%, para fechar a década com a mesma quantidade que em 1989. Nos empregos industriais, de construção civil, extração mineral e serviços de utilidade pública houve uma queda dos empregos formais, enquanto que nos setores de alojamento, alimentação, limpeza, segurança e saúde o aumento foi expressivo (BALTAR, 2003). Dessa forma, houve uma diminuição dos postos formais de trabalho, porém de maneira diferenciada, refletindo as mudanças estruturais introduzidas na economia brasileira.

Para Baltar (2003, p.143), o aumento da informalidade e o leve decréscimo do assalariamento devem ser entendidos dentro da lógica do processo de reestruturação implementados pelas empresas.

A reestruturação da economia com pouco investimento e lento crescimento do produto teve, por saldo líquido, a eliminação de muitos empregos celetista e estatutários e criou fundamentalmente oportunidades de emprego sem carteira de trabalho em estabelecimento e no serviço doméstico remunerado, além de trabalhos por conta própria. (...) Em todo caso, as mudanças na produção de bens e serviços complementares eliminaram antigos empregos e

criaram empregos novos, colocando empregos específicos de adaptação da força de trabalho às novas exigências do uso de uma capacidade de produção cuja natureza se modificou com a importação de capital, materiais e componentes tecnologicamente sofisticados.

O trabalho por conta própria, referido na passagem acima, aumentou 42,6% na década de 1990. Esse tipo de ocupação impediu que a taxa de desemprego aumentasse ainda mais durante o período. Enquanto que na recessão a expansão correu nos setores da construção civil e do comércio de mercadorias, após a retomada das atividades, o trabalho por conta própria se alastrou para praticamente todos os setores. A sua evolução está relacionada à alternativa de sobrevivência de uma grande parte da PEA, devido à ameaça concreta do desemprego.

A crescente informalidade e a recessão econômica do início dos anos de 1990 foram frequentemente utilizadas como argumentos favoráveis à flexibilização do mercado de trabalho e à desregulamentação das relações trabalhistas. A orientação política que se seguiu a partir das eleições de 1989, além de promover a abertura da economia brasileira à competitividade internacional sem a salvaguarda de um projeto nacional, era em favor dessas medidas liberais.

As medidas políticas adotadas para (des)regulamentação do mercado de trabalho estavam contidas dentro de um projeto maior para a reforma do Estado brasileiro. Cardoso Júnior (2001) elenca quatro pontos que tiveram a atenção do governo, cujo objetivo era reduzir os custos de contratação e demissão do setor privado da economia: 1) flexibilização das condições de uso da força de trabalho; 2) flexibilização das condições de remuneração da força de trabalho; 3) modificação nos marcos de proteção e assistência da força de trabalho; 4) Modificações na estrutura sindical e da justiça do trabalho.

Como consequência, mudanças patrimoniais foram estabelecidas em vários setores produtivos nacionais e uma maior autonomia de grupos empresariais para efetivarem as mudanças necessárias para adequação da força de trabalho à reestruturação produtiva. Este processo repercutiu diretamente sobre o mercado de trabalho, alterando a remuneração e a composição dos ocupados segundo fatores sociais³.

Comparando-se a renda dos trabalhadores e o excedente das empresas, a década de 1990 foi extremamente desfavorável aos primeiros, Enquanto que no início do período a renda dos trabalhadores correspondia a 32% da renda total, em 1999 esse valor ficou em torno de 26,5%. No mesmo intervalo, o excedente das empresas passou de 38,5% para 41,5%. Somado à queda da participação dos rendimentos, ocorreu também neste período uma ampliação do diferencial de rendimento salarial entre os ocupados. Essa diferença diz respeito às faixas de escolaridade, uma vez que aumentos destas são acompanhados por uma elevação da faixa salarial.

³ Os dados e informações a seguir, referentes ao perfil dos empregados e desempregados, foram obtidos de Dedecca (2003).

Em relação à cor e ao gênero, as desigualdades permaneceram. A desigualdade salarial para os empregados negros e brancos aumentou expressivamente. Quanto ao sexo, não se notou alterações significativas, apesar do estrato superior das mulheres terem obtido rendimentos próximo ao mesmo estrato dos homens. O problema é que nos estratos inferiores de renda o distanciamento feminino continua extremamente elevado.

A partir do ano 2000, com a mudança do cenário econômico internacional, o mercado de trabalho brasileiro ensaiou algumas modificações em relação ao seu comportamento na década anterior. O crescimento das atividades econômicas brasileiras, impulsionado pelas exportações, refletiu-se em um aumento do emprego e da renda. Com esse movimento, há um aumento dos empregos assalariados, em detrimento das ocupações por conta-própria e serviços domésticos; e também um aumento do grau de formalização do emprego assalariado, ou seja, o emprego formal cresce mais que as ocupações sem carteira (LEONE e BALTAR, 2007). A participação feminina dentro da PEA é o carro-chefe das atuais configurações do mercado de trabalho, com um aumento superior aos dos homens em empregos em estabelecimentos e de emprego formal. Ao mesmo tempo, houve uma diminuição dos empregos sem carteira de trabalho para o sexo feminino.

Apesar da taxa de crescimento do emprego ter sido maior que a da população economicamente ativa, os desempregados ainda correspondem a uma grande parcela da população, em torno de 11,4 milhões, para o ano de 2006. Os desempregados se concentram nos pólos mais dinâmicos, como São Paulo, porém, é no Nordeste onde a situação se torna mais crítica, com um quinto da PEA desempregada (MAIA, 2007).

Entre os diferentes grupos sociais, os jovens são aqueles com maior dificuldade de inserção no mercado de trabalho. Dentre os jovens de 16 a 24 anos houve um crescimento do número de desempregados de 3,5 milhões para 4,2 milhões desempregados, entre 2000 a 2006 (PRONI, 2007). Em parte, o aumento do desemprego está relacionado ao fato de que mais jovens procuraram trabalho devido a melhora do desempenho da economia. Mas dentro desta categoria há uma diferenciação nas condições de inserção no mercado de trabalho, uma vez que para os indivíduos entre 16 a 17 anos, a taxa de desemprego é mais alta. Além disso, os jovens de famílias mais pobres são os que têm maior dificuldade na procura de emprego, além de receberem os menores salários.

É possível afirmar que o mercado de trabalho do país nos anos 2000 apresentou um movimento de assalariamento e uma estabilidade na taxa de desemprego. Porém, a manutenção da política econômica, através do controle da inflação pela contenção monetária e diminuição do poder de compra dos salários, impede um crescimento econômico vigoroso e, portanto, dificilmente poderá mudar estruturalmente o quadro do mercado de trabalho brasileiro (LEONE e BALTAR, 2007).

Em síntese, após 1990 o mercado de trabalho brasileiro passou por fortes transformações que alteraram tanto a sua magnitude quanto a sua composição. Em linhas

gerais, o desempenho do mercado de trabalho brasileiro reflete a orientação da política econômica nacional adotada e a dinâmica das transformações no setor industrial. A importância da política econômica sobre o desempenho do mercado de trabalho brasileiro decorre do fato de ela caracterizar a relação mútua entre Estado e Economia de um país (IANNI, 1977).

2.2 Justificativa

As transformações econômicas em curso no Brasil causaram impactos sobre a economia de Santa Catarina, de acordo com as suas peculiaridades históricas. O estado de Santa Catarina, por possuir seu mercado de trabalho sob influência do movimento maior da econômica brasileira, sofreu as consequências da reestruturação produtiva e da política econômica, apresentando uma tendência quase que similar ao conjunto do país. Neste sentido, o estudo analisa o comportamento do mercado de trabalho catarinense a partir de 1990, com o objetivo de expor o panorama atual da composição e distribuição do conjunto das ocupações no estado, bem como de questões específicas relativas ao mercado formal de trabalho.

As transformações sobre o mercado de trabalho catarinense se concentram no nível de formalidade, emprego, distribuição e composição das ocupações. Para mensurar tais mudanças, que impactam de maneira diferenciada sobre a sociedade, recorreu-se a dados estatísticos provenientes de fontes oficiais, como a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD/) e da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), disponibilizados pelo IBGE e pelo Ministério do Trabalho e do Emprego, respectivamente.

2.3 Objetivos

As mudanças na economia nacional a partir da década de 1990 impactaram diferentemente sobre o mercado de trabalho catarinense. Para abranger a análise das consequências desse processo, procurou-se acompanhar a evolução das ocupações no mercado formal e no mercado de trabalho como um todo.

O estudo referente ao comportamento do mercado de trabalho teve como objetivo apontar, a partir de 1992, a dinâmica do emprego e seus impactos sócio-econômicos sobre os trabalhadores catarinenses. Como consta no projeto de pesquisa, os seguintes objetivos foram buscados:

- A construção de séries históricas sobre a dinâmica da PEA catarinense;
- A construção de séries históricas sobre a evolução da participação dos ramos de produção no conjunto do emprego do estado.

- A construção de uma série histórica contemplando algumas variáveis-chave (escolaridade, gênero e nível de renda);
- A identificação de possíveis efeitos da dinâmica econômica nacional sobre o conjunto do emprego catarinense.

Quanto ao mercado formal, o comportamento dos postos formais de trabalho foi analisado: através da distribuição dos postos por mesorregião; e através da evolução desses postos por setores de atividade. Nos dois casos utilizaram-se informações sobre gênero, faixa etária, instrução e remuneração. De acordo com o projeto que forneceu a base para este estudo, procurou-se:

- Atualização das séries históricas sobre o comportamento deste tipo de ocupação, a partir de 1991;
- Identificação dos setores econômicos que mais contribuem para a geração de postos formais de trabalho;
- Identificação da participação das mesorregiões na geração destes postos formais de trabalho.

3. MATERIAIS E MÉTODOS

A pesquisa sobre a evolução do mercado de trabalho em Santa Catarina pode ser caracterizado como analítico-dedutivo, sustentada por uma pesquisa de natureza aplicada. Para tanto utilizou-se como base quantitativa as informações fornecidas pelas PNADs (Pesquisa Nacional de Amostra de Domicílios), do IBGE. Para análise do mercado formal de trabalho utilizaram-se os dados secundários disponibilizados pelo Ministério do Trabalho e Emprego.

3.1 PNADs

Através dos dados da PNAD, é possível estabelecer informações acerca do nível de ocupação, atividade e rendimento das pessoas em idade ativa em Santa Catarina. As tabelas constantes deste relatório discutem o comportamento agregado: PIA (Pessoas em idade Ativa, que de acordo com o IBGE constituem as pessoas de 10 anos ou mais de idade); PEA (População Economicamente Ativa, ocupada ou não-ocupada); PNEA (Pessoas Não - Economicamente Ativas); e taxa de desemprego aberto.

A partir dos dados da PNAD, a taxa de desemprego aberta é obtida como a relação entre a proporção da PEA desocupada sobre a PEA total, “Estatisticamente, a taxa de desemprego é a relação entre o número de desempregados e o total da força de trabalho” (CHAHAD, 2004, p.389). Em relação aos rendimentos da PEA ocupada, os dados do

rendimento médio mensal real foram inflacionados pelo Índice Nacional de Preço ao Consumidor (INPC), com base em setembro de 2006.

Para verificar as tendências dos indicadores do mercado de trabalho utilizou-se a taxa geométrica de crescimento anual para o período. O seu valor refere-se à média anual obtida para um período de anos compreendido entre dois momentos, no caso, correspondentes aos anos dos dados fornecidos pela PNAD. A taxa de crescimento (r) pode ser obtida, de acordo com a fórmula 01, subtraindo-se 1 da raiz enésima do quociente entre a população final (Pt) e a população inicial do período considerado (P0), multiplicando-se o resultado por 100, sendo "n" igual ao número de anos no período considerado.

$$r = \left[\left(\sqrt[n]{\frac{P_t}{P_0}} \right) - 1 \right] \times 100 \quad (01)$$

O período incorporado pela pesquisa abarca desde 1990 até 2006. Contudo, os dados da PNAD permitem realizar um corte em sub-períodos. Desta forma, é possível detalhar as mudanças e o movimento do emprego em Santa Catarina conforme a política econômica nacional e o nível de atividade econômica.

3.2 Relação Anual de Informação Social

A pesquisa adota como referência para os postos formais de trabalho os dados secundários das informações da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) e do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED), disponibilizados pelo Ministério do Trabalho e Emprego –MTE–. Originalmente a RAIS foi criada para conter informações destinadas ao controle de entrada da mão-de-obra estrangeira no Brasil e os registros relativos ao FGTS, para subsidiar o controle de arrecadação e concessão de benefícios pelo Ministério da Previdência Social e para servir de base de cálculo do PIS/PASEP.

A partir desses dados é possível fazer um cruzamento das informações por setor de atividade, estrutura de ocupação, nível salarial, gênero e idade. Além disso, é possível pormenorizar a análise através da comparação das variáveis agregáveis citadas nas mesorregiões do estado.

Sobre o manuseamento dos dados secundários fornecidos pelo MTE, dentro desta pesquisa: a remuneração dos postos formais de trabalho foi indicada por meio de faixas de salário mínimo (a preços correntes); a escolaridade dos trabalhadores foi classificada a partir da divisão do MTE em 1º grau, 2º grau e Ensino Superior; para as atividades econômica adotou-se a classificação do IBGE: indústria extrativa mineral, indústria de transformação, serviços industriais de utilidade pública, construção civil, comércio serviços, administração pública e agropecuária e extração vegetal.

Da mesma forma em que se foi feito para os dados da PNAD, a avaliação dos indicadores do mercado formal de trabalho foi feita pela aplicação da taxa de crescimento anual para o período. O período de análise, para os dados da RAIS, também sofreu um tratamento similar ao realizado na PNAD, ou seja, com um corte em sub-períodos.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

4.1 A Economia Catarinense

Santa Catarina possui uma história econômica peculiar quando comparada com a unidade nacional, apesar de estar atrelada, em última instância, ao desenvolvimento da economia brasileira. O território que se caracterizava até final do século XVIII por uma economia de subsistência hoje apresenta um diversificado parque industrial, responsável proporcionalmente, por uma grande parte das exportações nacionais. Para evidenciar esse processo, pode-se, sucintamente, recapitular a evolução histórica da economia catarinense a luz da economia nacional.

Seguindo a divisão periódica realizada por Goularti Filho (2003), até 1945 a integração do estado em si era precária e ficava a cargo das atividades comerciais e da política de imigração, sobretudo realizada até o começo do século XX. As atividades econômicas que se destacavam estavam ligadas as pequenas propriedades mercantis e atividades tradicionais como artesanato. A partir dos anos 30 do século passado, a industrialização brasileira, orientada sob o eixo Rio - São Paulo, impulsiona a produção para exportação de produtos têxtil e o madeireiro, permitindo uma prévia acumulação monetária que daria condições para uma base industrial.

Em um segundo momento, que dura até início da década de 1960, o estado apresenta uma diversificação e ampliação da sua base produtiva. A demanda por produtos industriais pela região sudeste do Brasil intensifica a produção industrial no estado. A diversificação e espraiamento da industrialização ocorrem pela divisão regional da produção e da existência de limites e estrangulamentos no estado. É nesse período que surgem e se fortalecem os setores cerâmicos, metal-mecânico, papeleiro e plástico. Contudo a expansão da base industrial exigiria uma nova organização da produção que somente seria possível com o planejamento e investimentos estatais, sobretudo em infra-estrutura.

Até o final da década de 1980, o padrão de crescimento do estado se dá com a forte participação dos setores metal-mecânico, sobretudo das médias e grandes indústrias. O vigoroso crescimento econômico estava em comunhão com a tendência nacional e da política econômica dirigida pelo governo federal. Contudo, os efeitos da crise econômica brasileira dos anos de 1980, com seus sucessivos planos de estabilização e queda da participação das empresas estatais, repercutiram em Santa Catarina, levando à interrupção do ciclo de crescimento apresentado nos anos anteriores.

A década de 90 se caracteriza por uma quebra do padrão de financiamento realizado nos anos anteriores e com isso, por uma mudança da relação estado - economia brasileira.

É dentro deste movimento mais amplo que devemos entender as mudanças estruturais na economia catarinense pós-1990 como a redução das atividades estatais, reestruturação da indústria cerâmica, o desmonte do setor carbonífero, a reestruturação patrimonial no complexo eletro-metal-mecânico, a desverticalização e a retração no segmento têxtil-vestuário e a desnacionalização no complexo agroindustrial. (GOULARTI FILHO, 2003, p. 16).

Na década de 1990, com a reestruturação produtiva e com estabilização econômica, houve uma retomada das atividades, principalmente em produtos de grande competitividade. Santa Catarina aumentou a sua participação na exportação nacional, principalmente após a desvalorização do real em 1999, e recentemente apresenta um crescimento econômico, em média, maior que o apresentado pelo Brasil (LINS e MATTEI, 2001).

4.2 O comportamento do mercado de trabalho

A contrapartida da reestruturação produtiva e da posterior retomada das atividades, que tiveram forte impacto sobre as cadeias produtivas de diversos setores, pode ser medida na análise do comportamento do mercado de trabalho catarinense a partir de 1990. A tabela 01 mostra a evolução da população economicamente ativa e dos postos formais de trabalho (PFT). Em 1992, os postos formais de trabalho representavam em torno de 34% da PEA de Santa Catarina. Os dados de 2006 revelam uma crescente participação dos PFT na PEA. Enquanto esta última cresceu em torno de 2,51% a.a., os PFT apresentaram um crescimento aproximado de 4,5% a.a., fazendo com que a participação dos PFT na PEA aumentasse para 47%.

Tabela 01 - População Economicamente Ativa e Postos Formais de Trabalho em SC, 1992 e 2006

	1992	2006	Var. absoluta	Tx. Cres. Anual
PEA	2.407.458	3.407.591	1.000.133	2,51
PFT	821.482	1.598.454	776.972	4,54
PEA - PFT	1.585.976	1.809.137	223.161	0,88
PFT/PEA	34,12%	46,91%	-	-

Fonte: RAIS e PNAD

Em outras palavras, isso significou que mais de um milhão de pessoas foram incorporadas à PEA catarinense no período, sendo que deste total $\frac{3}{4}$ foram absorvidas pelo

mercado formal de trabalho. Esse movimento está em sintonia com o comportamento do mercado de trabalho do país.

4.2.1. Evolução do Mercado de Trabalho Catarinense

A partir da década de 90 Santa Catarina apresenta uma mudança no padrão de acumulação, à luz dos reflexos da economia brasileira, que pode ser observado no comportamento das condições de ocupação, segundo a tabela 02. Em relação ao nível de ocupação, durante o período de 1992 a 2006, a PEA ocupada teve um crescimento de 2,44% a.a., levemente inferior ao da PEA total. Contudo, ao se realizar um corte nesse período, o crescimento relativo a 1999 a 2006 foi mais intenso para os ocupados, sinal de que o aquecimento das atividades econômicas correspondeu a um aumento no nível de ocupação. A desocupação também apresentou um movimento diferenciado a partir de 1990. As pessoas desocupadas tiveram um crescimento em torno de 12% a.a. até 1999, contudo, a partir do ano 2000 esse movimento se reverteu, fechando em 2006 com um número inferior ao do final da década de 90. A queda no número absoluto de desocupados é um reflexo dos impactos do aumento das atividades econômicas sobre o mercado de trabalho catarinense, o que possibilitou a incorporação de uma parcela dos desocupados.

Tabela 02: Pessoas com 10 anos ou mais de idade, por condição de atividade e de ocupação na semana de referência, População em Idade Ativa. Santa Catarina 1992 – 1999 – 2006.

Atividade Ocupação	1992	1999	2006	Var. 92-99	Var. 99-06
PIA	3.653.173	4.174.356	5.100.108	1,92	2,90
PNEA	1.239.473	1.363.343	1.692.517	1,37	3,14
PEA	2.407.458	2.811.013	3.407.591	2,24	2,79
Ocupados	2.315.516	2.608.600	3.246.624	1,72	3,18
Trab. Domésticos	108.971	138.425	172.547	3,48	3,20
Com carteira	24.404	38.969	56.745	6,91	5,52
Sem carteira	84.567	99.456	115.802	2,34	2,20
Sem declaração	-	-	-	-	-
Empregador	86.265	136.092	229.302	6,73	7,74
Conta própria	472.177	522.891	586.561	1,47	1,66
Próprio uso e consumo	97.049	176.821	162.129	8,95	-1,23
Não remunerados	421.668	324.543	252.456	-3,67	-3,52
Sem declaração	-	-	-	-	-
Assalariados	1.129.386	1.309.828	1.843.629	2,14	5,00
Com carteira	822.344	914.312	1.306.873	1,53	5,24
Militares e func.	87.973	124.475	170.812	5,08	4,62
Sem carteira	219.069	271.041	365.944	3,09	4,38
Sem declaração	-	-	-	-	-
Desocupados	91.942	202.413	160.967	11,93	-3,22

Fonte: PNAD

Dentro das classes de atividade dos ocupados, destaca-se o crescimento dos trabalhadores doméstico, principalmente com carteira de trabalho. A taxa de crescimento dos trabalhadores domésticos sem carteira de trabalho permaneceu constante durante todo o período, em torno de 2,3% a.a. nível inferior ao do crescimento da PEA. Os postos com carteira de trabalho assinada para os trabalhadores domésticos, por outro lado, tiveram um desempenho positivo para todo o período, bem acima do apresentado pela PEA e pelos sem carteira de trabalho.

A partir da década de 1990 o país assiste a um aumento do número de pequenos estabelecimentos que pode ser medido pela expansão do número de pessoas dentro da classe de empregadores. O fato também se verifica em Santa Catarina, onde o crescimento dos empregadores foi superior a 7 % a.a., de 1992 a 2006. Contudo, esse movimento se intensifica a partir dos anos 2000, fechando o ano com 229.302 empregadores.

Os assalariados também se destacaram, em particular a partir de 1999, com um crescimento em torno de 5% a.a. Além disso, merece ressalva a queda abrupta dos não-remunerados nos dois sub-períodos selecionados. As informações expostas acima estão em concordância com o movimento maior do mercado de trabalho nacional, reforçando o argumento da imbricação da economia catarinense ao desempenho da economia brasileira.

É possível também relacionar as condições de atividade com a situação de domicílio, conforme a tabela 03. Dentro da PEA, as mulheres apresentaram um crescimento bem superior aos dos homens, sobretudo a partir de 2000. Esse movimento foi puxado primordialmente pela PEA feminina urbana, já que no meio rural o crescimento anual percentual foi negativo. Para a população não economicamente ativa, o crescimento foi puxado pelos homens das cidades.

Tabela 03: Pessoas de 10 anos ou mais de idade, por condição de atividade e sexo na semana de referência, segundo a situação do domicílio - Santa Catarina - 1992 e 2006.

Condição de Atividade Situação de Domicílio Sexo	1992	1999	2006	Var. 92-99 (%)	Var. 92-06 (%)
Economicamente Ativa	2.407.458	2.811.013	3.407.591	2,24	2,51
Homem	1.447.758	1.639.038	1.884.748	1,79	1,90
Mulher	959.700	1.171.975	1.522.843	2,90	3,35
Urbano	1.535.155	1.969.958	2.717.387	3,63	4,16
Homem	938.117	1.153.945	1.499.109	3,00	3,40
Mulher	597.038	816.013	1.218.278	4,56	5,23
Rural	872.303	841.055	690.204	-0,52	-1,66
Homem	509.641	485.093	385.639	-0,70	-1,97
Mulher	362.662	355.962	304.565	-0,27	-1,24
Não Economicamente Ativa	1.239.473	1.363.343	1.692.517	1,37	2,25

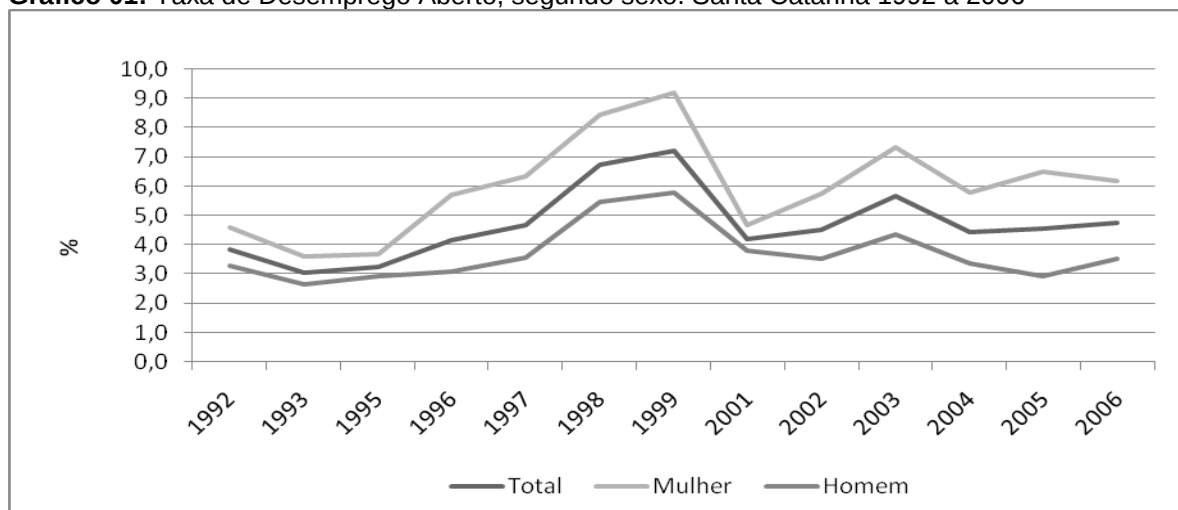
	Homem	364.913	446.711	598.149	2,93	3,59
	Mulher	874560	916.632	1.094.368	0,67	1,61
Urbano		1.028.921	1.121.374	1.491.592	1,24	2,69
	Homem	314.968	374.004	529.821	2,48	3,78
	Mulher	713953	747.370	961.771	0,66	2,15
Rural		210.552	241.969	200.925	2,01	-0,33
	Homem	49.945	72.707	68.328	5,51	2,26
	Mulher	160607	169.262	132.597	0,75	-1,36

Fonte: PNAD

Os dados para o domicílio rural, durante o período de 1992 a 2006, revelam que o movimento de migração para as cidades continua, tanto para a população economicamente ativa quanto para a não - economicamente ativa. Enquanto que em 1992 a PEA rural tinha um contingente de 872.303 pessoas, em 2006 esse número diminuiu para 690.204. A PNEA também apresentou um crescimento anual negativo, contudo, a tendência foi puxada pela população feminina, que em 1992 possui um pouco mais de 160 mil mulheres e caiu para 132.597. Os dados revelam que, durante a década de 1990 e em meados da atual, o processo de esvaziamento do campo continua, sobretudo quando se analisa a população feminina.

A taxa de desemprego aberto do estado, exposta no gráfico 01, permite relacionar o nível de ocupações com o desempenho da atividade econômica do estado. Durante a década de 90 a taxa de desemprego aberta apresenta um comportamento distinto. No início dos anos 90 a tendência de queda se fez presente como reflexo do aumento do crescimento industrial brasileiro, com impactos a nível estadual. A partir de 1993, o desemprego apresentou uma escalada acirrada, saindo de 3% para um pouco mais de 7% em 1999. Isso é um dos efeitos da reestruturação produtiva imposta sobre os trabalhadores durante a década passada.

Gráfico 01: Taxa de Desemprego Aberto, segundo sexo. Santa Catarina 1992 a 2006



Fonte: PNAD

Dentro do estado, as privatizações de empresas estatais e a manutenção de uma taxa de câmbio valorizada implicaram no acirramento dessa tendência que mostraria sinais de reversão a partir do início da atual década. O nível de atividade econômica do estado responde satisfatoriamente ao aquecimento da produção nacional e, inclusive, mundial. Com exceção do período 2002-03, a taxa de desemprego aberto no estado se encontra no nível de 4 a 5%. Contudo, ao se desagregar a taxa de acordo com o sexo da PEA, nota-se que o comportamento para as mulheres foi distinto em relação aos homens, no que tange ao nível de desocupação. Em todos os anos da série, a taxa de desemprego feminina foi superior a masculina, apesar das duas apresentarem o mesmo movimento. A partir de 2000 aumenta a participação das mulheres nos postos de trabalho e o reflexo foi a queda da taxa de desemprego aberta.

Pode-se ainda relacionar a taxa de desemprego aberta com a evolução do rendimento real dos trabalhadores no período. O gráfico 02 mostra que há uma relação inversa entre ambas. Durante toda a década de 90 a variação do rendimento real dos ocupados foi negativa, ao mesmo tempo em que a taxa de desemprego aberto aumentava e se estabelecia em um alto patamar. A partir do ano 2000, com a melhoria do cenário econômico brasileiro e estadual, a taxa de desemprego se estabiliza em torno de 4,5 a 5%, com uma leve melhora no rendimento real dos trabalhadores.

Gráfico 02: Taxa de Desemprego Aberto e Rendimento Real da PEA. Santa Catarina – 1996 - 2006.

Fonte: PNAD

A partir disso é possível se observar o comportamento do rendimento dos ocupados entre as classes de rendimentos. Perversamente, as classes de rendimento que mais

aumentaram a sua participação foram as mais baixas. A tabela 04 evidencia que os rendimento até 3 salários mínimos tiveram um crescimento superior do total da população ocupada. Em um outro pólo, os maiores rendimentos tiveram o comportamento contrário, principalmente para a classe superior a 20 SM. Constata-se que a intensa criação dos postos de trabalho a partir dos anos 2000 ocorre, precisamente, nas classes de rendimento mais baixas.

Tabela 04: População Economicamente Ativa Ocupada, segundo as classes de rendimento mensal de todos os trabalhos. Santa Catarina 1992 – 2001 – 2006.

PEA Ocupada	1992	2001	2006	Varia. 92/06
Total	2.315.516	2.841.503	3.246.624	2,44
Até 1/2 S.M.	102.731	79.980	96.697	-0,43
Mais de 1/2 a 1 S.M.	278.067	225.573	379.849	2,25
Mais de 1 a 2 S.M.	520.452	817.126	1.103.629	5,52
Mais de 2 a 3 S.M.	337.107	506.383	477.117	2,51
Mais de 3 a 5 S.M.	281.488	418.908	353.206	1,63
Mais de 5 a 10 S.M.	174.234	254.348	291.252	3,74
Mais de 10 a 20 S.M.	53.342	107.604	75.857	2,55
Mais de 20 S.M.	21.000	31.653	26.057	1,55
Sem rendimento	517.582	375.756	418.060	-1,51
Sem declaração	29.513	24.172	24.900	-1,21

Fonte: PNAD

4.2.2 O mercado de trabalho formal

O mercado de trabalho formal corresponde a parcela dos trabalhadores amparados pela regulação estatal e com os direitos trabalhistas e previdenciários assegurados, ou seja, é o que comumente se chama de emprego com carteira de trabalho assinada. Conforme indicado na tabela 01, essa parcela de trabalhadores teve um crescimento superior quando comparada com o restante da PEA. Essa tendência se fortalece principalmente a partir de 1999, como mostra o gráfico 03.

O gráfico mostra o número absoluto de Postos Formais de Trabalho em Santa Catarina desagregado por mesorregião. Para o conjunto do estado, nota-se uma taxa média de crescimento ao redor de 4,4% a.a., bem acima da taxa anual de crescimento da PEA. As regiões Oeste, Vale do Itajaí e Sul apresentaram uma taxa média de crescimento acima do desempenho estadual (5,18%; 4,82% e 5,09%, respectivamente), enquanto que as regiões Norte, Serrana e Grande Florianópolis tiveram taxas médias de crescimento abaixo da média catarinense (3,56 %; 3,57 % e 4,02%, respectivamente)⁴.

⁴ Os valores absolutos sobre o emprego formal no estado estão disponíveis em anexo.

Gráfico 03: Total PFT por mesorregião - Santa Catarina. 1991-2006

Fonte: RAIS.

A análise do gráfico revela que, apesar do crescimento diferenciado entre as mesorregiões, a posição entre elas, de acordo com o número absoluto de PFT, permanece a mesma. Enquanto que em 1991, Vale do Itajaí, Norte Catarinense e Grande Florianópolis despontavam com o maior número de PFT - em torno de 200.000-, em 2006 a posição permanece a mesma, porém, com o distanciamento maior da região do Vale do Itajaí. Nas regiões Oeste e Sul verifica-se um forte crescimento dos PFT, tendo em vista que em 1991 possuíam 127.277 e 93.406 PFT, respectivamente. Em 2006 detinham 271.596 e 196.637 empregos formais. Apenas a região Serrana conservou o modesto desempenho de crescimento dos postos de trabalho.

Esse crescimento a partir de 1999, em parte, reflete o processo de mudanças em curso na esfera econômica. No entanto, deve-se frisar que no período considerado o Governo Federal aumentou o processo de fiscalização sobre as empresas, atitude que pode estar influenciado os dados, considerando-se que a fonte utilizada (RAIS) é apenas um registro administrativo.

Esse movimento dos PFT se relaciona com os impactos das políticas econômicas nacionais sobre os setores do estado a partir da década de 90. De acordo com Goularti Filho (2003), alguns setores foram atingidos de maneira significativa devido ao novo padrão de

acumulação do estado, subjacente às transformações da economia nacional. O setor cerâmico sempre teve presença significativa nas atividades exportadoras e já na década de 80 introduziu inovações de gestão e de produção, como forma de concorrer no comércio internacional. A década de 90 marcou o fim da expansão do setor carbonífero no estado, devido às políticas adotadas pelo governo Collor e FHC. Além desses setores, empresas do grupo metal-mecânica passaram por uma reestruturação patrimonial, além da produtiva, impulsionadas pelo acirramento da competição nacional. O impacto das importações sobre as atividades teve a maior repercussão no setor têxtil-vestuário, culminando numa queda do volume produzido. Por último, o complexo agroindustrial do estado sofreu a expansão das aquisições por empresas multinacionais que implicou numa alteração na integração dos produtores e agroindústrias.

Esses fatos alteram a participação dos empregados dentro da composição das empresas. A tabela 05 indica o número absoluto de estabelecimento e de empregados no estado em 1992 e 2006. Durante esse período, as empresas com o menor número de vínculos ativos foram as que mais cresceram, principalmente as de até 49 vínculos. A mesma relação ocorre com o número de empregados, onde os menores estabelecimentos tiveram a maior participação nos empregados criados. Isso mostra o crescimento das pequenas firmas principalmente devido a terceirização e o aumento do setor terciário no estado.

Tabela 05: Classes de Estabelecimentos por vínculos ativos (v.a.) e PFT – Santa Catarina, 1992 e 2006.

Classes de Estabelecimentos	1992			2006			Var.A (%) 92/06	Var.B (%) 92/06
	A Nº de estab	B Nº emp.	B/A	A Nº de estab	B Nº emp.	B/A		
Nenhum v.a.	9.557	-	-	17.909	-	-	4,59	-
Até 4 v. a	34.694	65.483	1,89	92.031	178.400	1,94	7,22	7,42
De 5 a 9 v. a	8.585	55.875	6,51	24.761	161.452	6,52	7,86	7,87
De 10 a 19 v. a	4.998	66.935	13,39	13.382	178.970	13,37	7,29	7,28
De 20 a 49 v. a	3.100	93.127	30,04	6.973	206.452	29,61	5,96	5,85
De 50 a 99 v. a	1.117	78.400	70,19	2.142	147.464	68,84	4,76	4,62
De 100 a 249 v. a	736	112.011	152,19	1.155	177.999	154,11	3,27	3,36
De 250 a 499 v. a	241	82.942	344,16	370	127.257	343,94	3,11	3,10
De 500 a 999 v. a	93	63.768	685,68	179	125.561	701,46	4,79	4,96
1000 ou mais v. a	79	202.941	2.568,87	111	294.899	2656,75	2,46	2,71
Total	63.200	821.482	13,00	159.013	1.598.454	10,05	6,81	4,87

Fonte: RAIS

A discussão sobre os setores pode ser estabelecida em nível regional. A tabela 06 apresenta a distribuição dos PFT nas mesorregiões em 1991 e 2006, segundo os setores de atividade econômica. Em Santa Catarina, a indústria de transformação era o setor que mais empregava postos formais em 1991, com aproximadamente 35% de participação. Em seguida vinham Serviços (24%), Administração Pública (15,6%) e Comércio (12%) como os

setores que mais empregavam mão-de-obra. Os dados de 2006 revelam mudanças no quadro de distribuição dos PFT. Apesar do setor de indústria de transformação permanecer com o maior número de trabalhadores formais, relativamente perdeu participação no total do estado. Os setores de extração mineral, serviços industriais de utilidade pública e administração pública também perderam posição relativa no total de postos formais de trabalho em SC, enquanto que construção civil, serviços, agropecuária, extrativismo vegetal e comércio aumentaram a sua participação.

A descrição da distribuição dos PFT por mesorregiões permite observar a dinâmica dos PFT em todo o estado. Na região da Grande Florianópolis, o emprego na administração pública sempre contou com uma alta participação no total dos postos formais. Em 1991 o setor empregava quase 40% dos PFT da mesorregião, mas em 2006 essa participação foi reduzida para cerca de 30%. Nesse mesmo período o setor de serviços ultrapassou a administração pública, ao responder por mais de 35% no último ano da série. Nota-se, ainda, a evolução da participação dos postos formais no comércio, que passou de 9,5% para 17%, no mesmo período.

Tabela 06: Participação dos PFT por Setor de Atividade e Mesorregião em SC – 1991 e 2006. (%)

Setores	Grande Flps.	Norte	Oeste	Serrana	Sul	V. Itajaí	SC
Extrativa Min.							
1991	0,09	0,12	0,15	0,16	6,61	0,19	0,86
2006	0,1	0,21	0,13	0,15	2,05	0,2	0,39
Ind. de Trans.							
1991	7,32	55,68	33,44	30,21	31,69	47,17	35,27
2006	9,73	46,53	37,02	24,67	36,1	40,73	33,25
Serv. Ind. Uti.							
1991	2,82	0,65	1,26	2,23	2,78	0,99	1,64
2006	1,06	0,57	0,67	0,25	1,24	0,61	0,77
Cons. Civil							
1991	2,48	1,97	1,98	3,71	3,45	2,57	2,49
2006	4,38	2,27	3,75	2,92	3,11	3,05	3,30
Comercio							
1991	9,53	10,05	14,1	15	14,52	13,31	12,09
2006	17,03	16,81	18,36	19,5	22,77	19,44	18,65
Serviços							
1991	32,05	19,71	24,3	26,32	23,7	21,96	24,54
2006	35,28	24,69	22,49	25,4	24,5	26,47	27,05
Adm. Pública							
1991	39,76	6,1	11,99	13,93	11,07	6,1	15,60
2006	31,67	7,5	10,61	13,99	9,22	8,3	13,93
Agropecuária,...							
1991	0,52	1,03	5,86	2,74	1,11	1,23	1,80
2006	0,76	1,42	6,98	13,11	1,02	1,19	2,66
Ignorado							
1991	5,44	4,7	6,92	5,71	5,07	6,46	5,72
2006	0	0	0	0	0	0	0

Fonte: RAIS

A região Norte reduziu sua participação dos postos formais de trabalho na indústria de transformação, ao mesmo tempo em que o setor de serviços e comércio absorveu uma parcela maior de trabalhadores formais. O desempenho desta região ilustra bem os impactos da reestruturação produtiva sobre mercado de trabalho.

A região Oeste apresentou o movimento inverso nesse período, pois em 1991 os setores da indústria de transformação e de serviços participavam com 33% e 24%, respectivamente, do total de empregos formais. Em 2006, a indústria de transformação aumentou a sua participação para 37% e o setor de serviços diminuiu levemente a sua participação, para 22,5%. Esse fato pode estar ligado a evolução das cadeias produtivas e a forte presença de Agroindústrias na região (LINS e MATTEI, 2001).

No Sul do estado o setor de extrativismo mineral apresentou uma queda na participação, de 6,6%, em 1991, para 2% em 2006. Ao mesmo tempo em que a indústria de transformação aumentou sua participação de 31,7% para 36%. Nos demais setores não se observaram grandes variações, exceto no comércio que aumentou em aproximadamente 8% a sua participação no total de postos formais da mesorregião.

O vale do Itajaí teve um comportamento similar ao da mesorregião Norte. A indústria de transformação permanece com a maior participação no total dos postos formais de trabalho, porém com redução de sua participação de 47% para 40%, entre 1991 e 2006. O setor de serviços apresentou um aumento na sua participação nos PFT em torno de 5%, enquanto que o comércio tinha, em 1991, 13,3% dos postos formais e no final de 2006 passou para cerca de 20 %.

Por último, a mesorregião Serrana, conforme dito acima, apresentou a menor taxa média de crescimento dos postos formais de trabalho. Apesar disso, houve algumas modificações na distribuição dos PFT por setor de atividade. No período entre 1991 e 2006, o setor de agropecuária, extrativismo vegetal, etc. aumentou em mais de 10% a participação nos empregos formais; já a indústria de transformação apresentou um recuo na participação dos PFT, enquanto que a contribuição do comércio no emprego formal aumentou.

Em relação às características individuais dos trabalhadores dos postos formais de trabalho, a década de noventa presenciou uma mudança no perfil dos empregados. Conforme indicado anteriormente, a participação feminina nos postos de trabalho aumentou significativamente no estado, em concordância com a tendência nacional. A tabela 07 mostra a evolução dos postos formais de trabalho no estado, segundo o gênero.

Tabela 07: Distribuição dos PFT segundo gênero em SC entre 1991 e 2006

	<i>Masculin</i> <i>o</i>	%	<i>Feminin</i> <i>o</i>	%	<i>SC</i>
1991	542.468	64,83	294.298	35,17	836.766
1992	530.749	64,61	290.733	35,39	821.482
1993	556.965	64,34	308.685	35,66	865.650
1994	589.494	63,83	334.098	36,17	923.592
1995	579.003	63,71	329.742	36,29	908.745
1996	575.907	63,31	333.701	36,69	909.608
1997	594.712	63,28	345.029	36,72	939.741
1998	595.884	62,92	351.132	37,08	947.016
1999	633.335	62,59	378.596	37,41	1.011.931
2000	670.149	62,17	407.780	37,83	1.077.929
2001	713.211	61,71	442.501	38,29	1.155.712
2002	753.049	60,95	482.563	39,05	1.235.612
2003	779.395	60,31	513.012	39,69	1.292.407
2004	840.104	59,74	566.143	40,26	1.406.247
2005	879.828	59,17	607.141	40,83	1.486.969
2006	932.252	58,32	666.202	41,68	1.598.454
Taxa cresc. a.a		3,67		5,59	

Fonte: RAIS

Em 1991, os homens representavam quase 65% dos PFT e às mulheres cabiam 35%. Em 2006 esses percentuais foram de 58% e 41,7%, respectivamente. Essa maior participação da mão-de-obra feminina no estado espelha os impactos da reestruturação sobre as famílias, ou seja, o papel da mulher na geração da renda e do sustento das famílias se tornou essencial. Por trás desse fato, merece destaque o fato de que as maiorias dos postos ocupados pelas mulheres correspondem ao do setor terciário e estes, historicamente, apresentam o maior índice de informalidade. Além disso, as mulheres exercem chamada jornada dupla de trabalho, tanto dentro como fora de casa ⁵.

A escolaridade dos componentes do mercado formal de trabalho também sofreu modificações no período de 1991 a 2006, conforme tabela 08. Uma das novidades trazidas pelas mudanças das últimas décadas é que se passou a requisitar dos trabalhadores no momento da contratação um maior nível de escolaridade.

⁵ A mulher *trabalhadora*, em geral, realiza sua atividade de trabalho *duplamente, dentro e fora de casa*, ou, se quisermos, *dentro e fora da fábrica*. E, ao fazê-lo além da duplicidade *do ato do trabalho*, ela é duplamente explorada pelo capital: desde logo por exercer, no *espaço público*, seu trabalho *produtivo* no âmbito fabril. (ANTUNES, 1999, p.108. Grifo do autor).

Tabela 08: Distribuição dos PFT, segundo grau de escolaridade em SC (%). 1991 e 2006.

Ano	Analfabeto	Até 4ª série	Até 8ª série	Até 2º Grau	Até Superior	Ignorado
1991	1,43	31,24	34,21	21,77	10,86	0,49
1992	1,28	30,02	34,93	22,33	10,77	0,67
1993	1,26	28,09	36,19	23,15	10,83	0,47
1994	1,71	26,76	37,07	23,58	10,71	0,16
1995	1,13	25,63	36,68	24,32	11,48	0,75
1996	1,13	26,80	36,90	23,64	10,82	0,70
1997	1,07	22,94	38,04	26,08	11,67	0,21
1998	1,16	21,15	38,29	27,33	12,02	0,05
1999	0,97	19,21	37,67	28,61	13,54	0,00
2000	0,82	17,63	39,02	30,39	12,13	0,00
2001	0,81	16,10	37,49	32,25	13,35	0,00
2002	0,71	14,57	36,31	34,38	14,03	0,00
2003	0,44	13,32	34,79	36,35	15,10	0,00
2004	0,37	12,20	33,40	38,67	15,35	0,00
2005	0,34	11,14	32,02	40,66	15,85	0,00
2006	0,32	10,01	30,20	42,10	17,37	0,00

Fonte: RAIS/MTE.

Em 1991, aproximadamente 67% dos PFT eram ocupados por trabalhadores com até a 8ª série completa. Nesse mesmo ano os postos ocupados por trabalhadores com 2º grau e ensino superior correspondiam a 32% do total. Como resultado da reestruturação produtiva e do aumento da concorrência nos mercados, as empresas passaram a exigir um nível maior de instrução dos seus funcionários. Assim, a participação de trabalhadores formais com o 2º grau e ensino superior cursados aumentou em 2006, ao passo que a taxa média de crescimento de empregados formais analfabetos e com até a 4ª série completa no período passou a ser negativa (-5,5% e -3,2%, respectivamente). Já os empregados que cursaram até o 2º grau e o ensino superior cresceram a uma taxa média de 9,1% e 7,7%, respectivamente. Como resultado, no ano de 2006, mais de 68% do total dos PFT no estado eram ocupados por empregados formais com até o 2º grau e o ensino superior cursados.

A tabela 09 fornece o atual quadro de remunerações por mesorregião. Em 2006, os postos formais de trabalho em Santa Catarina que recebiam remuneração até 3 SM compunham cerca de 70% do total de postos no estado, sendo que 50% destes eram de remunerações até 2 SM. Já os postos formais que recebiam acima de 10 SM representavam 3,7% do total. Essa desigualdade de renda, resultado da tendência formada desde a década de 1990, pode ser analisada sob a perspectiva das mesorregiões.

Tabela 09: Distribuição das faixas de remuneração por Mesorregião em Santa Catarina, 2006.

	Oeste	%	Norte	%	Serran a	%
ATE 0,5 SM	1.828	0,67	818	0,27	294	0,39
DE 0,5 A 1 SM	13.227	4,87	7.098	2,31	3.380	4,51
DE 1 A 2 SM	149.085	54,89	126.653	41,18	44.177	58,97
DE 2 A 3 SM	56.634	20,85	74.937	24,36	12.673	16,92
DE 3 A 5 SM	27.848	10,25	54.146	17,6	7.883	10,52
DE 5 A 10 SM	13.935	5,13	29.744	9,67	4.284	5,72
DE 10 A 20 SM	4.197	1,55	8.786	2,86	1.220	1,63
MAIS DE 20 SM	902	0,33	2.149	0,7	217	0,29
IGNORADO	3.940	1,45	3.254	1,06	787	1,05
Total	271.596	100	307.585	100	74.915	100

Continuação

	V. Itajaí	%	Grd. Flps	%	Sul	%
ATE 0,5 SM	809	0,2	1034	0,3	415	0,21
DE 0,5 A 1 SM	9719	2,4	9663	2,82	6968	3,54
DE 1 A 2 SM	201656	49,77	124254	36,27	104944	53,37
DE 2 A 3 SM	95781	23,64	65085	19	38262	19,46
DE 3 A 5 SM	55302	13,65	58234	17	24741	12,58
DE 5 A 10 SM	25982	6,41	50990	14,88	12509	6,36
DE 10 A 20 SM	7704	1,9	18757	5,48	4301	2,19
MAIS DE 20 SM	2195	0,54	8063	2,35	917	0,47
IGNORADO	6007	1,48	6486	1,89	3580	1,82

Fonte: RAIS

As mesorregiões Oeste, Serrana e Sul continuam em 2006 a maioria dos seus postos formais recebendo até 2 SM (respectivamente, 60,4%; 63,8% e 57,1%), sendo que nas demais regiões, a grande parte dos PFT recebia até 3 SM (Norte 68%; Grande Florianópolis 58% e Vale do Itajaí 76%). Quanto às faixas salariais acima de 10 SM, as maiores participações no total dos PFT da mesorregião pertenceram a Grande Florianópolis e Norte Catarinense, ambas com uma participação acima de 3%.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A mudança no padrão de acumulação, imposta pela reestruturação produtiva durante a década de 1990, alterou estruturalmente o mercado de trabalho catarinense principalmente em relação à composição dos empregos e do perfil dos trabalhadores empregados. Essas alterações refletem o movimento em curso no mercado de trabalho do país, muito embora em Santa Catarina não se tenha observado uma elevação nas mesmas proporções da taxa de desemprego e do nível de informalidade em relação ao Brasil.

No entanto, nota-se que as diferenças salariais se ampliaram, além de ter aumentado a participação das ocupações no setor terciário em detrimento dos empregos no setor industrial, particularmente na indústria de transformação. Esses aspectos, segundo ANTUNES (2002), revelam a existência de um processo de heterogenização do mercado de trabalho, tanto pela multiplicação de ocupações como pelas condições precárias de trabalho a que estão sujeitos os trabalhadores.

Mesmo que em Santa Catarina a maior parte dos postos formais de trabalho ainda se concentre no setor industrial, nota-se que os maiores aumentos na participação relativa dos PFT ocorreram no setor terciário, fato que revela a tendência geral.

O estado também apresentou um aumento da participação feminina no total dos postos formais de trabalho, sendo que em 2006 as mulheres representavam mais de 40% do total. Apesar desse aumento, registre-se que as disparidades salariais ainda são expressivas entre homens e mulheres.

Especificamente em relação à renda, verifica-se que no mercado formal de trabalho as faixas de menor remuneração foram as que mais cresceram durante o período considerado, concentrando-se atualmente em torno de dois salários mínimos. Regionalmente este quadro ainda é mais precário, pois são nas regiões de menor dinamismo econômico que se localizam, proporcionalmente, as menores faixas salariais do estado.

Desta forma, é possível afirmar que a expansão da economia catarinense após os anos 2000, apesar de estimular a formalização dos postos de trabalho, tem se mostrado incapaz de realizar mudanças estruturais no mercado de trabalho catarinense, especialmente no que concerne às desigualdades de gênero, salariais e regionais.

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho?: ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho**. São Paulo: Cortez, 7ª edição, 2000. 200 p.

ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho: ensaios sobre a afirmação e a negação do trabalho**. São Paulo: Boitempo, 1999. 261p.

BALTAR, Paulo, DEDECCA, Cláudio, HENRIQUE, Wilnês. Mercado de Trabalho e exclusão social no Brasil. In: SANTOS, Anselmo Luis dos; OLIVEIRA, Carlos Alonso Barbosa de; MATTOSO, Jorge Eduardo Levi (org). **Crise e trabalho no Brasil: modernidade ou volta ao passado?**. São Paulo: Scritta, 1997. p.87-108.

BALTAR, Paulo. Estrutura Econômica e emprego urbano na década de 1990. In: PRONI, Marcelo, HENRIQUE, Wilnês (org). **Trabalho, mercado e sociedade: o Brasil nos anos 90**. São Paulo: Editora Unesp; Campinas, SP: Instituto de Economia da Unicamp, 2003, p.107-152.

BARBOSA DE OLIVEIRA, Carlos Alonso. Formação do Mercado de trabalho no Brasil. In: OLIVEIRA, Marco Antonio de (org.). **Economia e Trabalho: textos básicos**. São Paulo: UNICAMP. IE, 1998.

BELLUZZO, Luiz G. O dinheiro e as transfigurações da riqueza. In. CONCEIÇÃO, Maria da. e FIORI, José L. (orgs). **Poder e dinheiro, uma economia política da globalização**. Rio de Janeiro: Vozes, 1997.

CARDOSO JUNIOR, José Celso. Crise e desregulação do trabalho no Brasil. **Texto para Discussão IPEA**. Brasília, ago. 2001.

CHAHAD, José Paulo Zeetano. Mercado de trabalho: conceitos, definições e funcionamento. In: PINHO, Diva Benevides; VASCONCELLOS, Marco Antônio Sandoval de (Org.). **Manual de Economia**. 5.ed. São Paulo: Saraiva, 2004. Cap. 20, p. 381-405.

CHESNAIS, François. A globalização e o curso do capitalismo de fim-de-século. **Revista Economia e Sociedade**. n.2, dez. 1995.

COUTINHO, Luciano. A terceira Revolução Industrial e Tecnológica: as grandes tendências de mudança. In: **Revista Economia e Sociedade**, n.1, ago. 1992.

COUTINHO, Luciano. Nota sobre a natureza da globalização. In: **Revista Economia e Sociedade**. n.1, jun. 1995

DEDECCA, Cláudio. Anos 90: a estabilidade com desigualdade. IN: PRONI, Marcelo, HENRIQUE, Wilnês (org). **Trabalho, mercado e sociedade: o Brasil nos anos 90**. São Paulo: Editora Unesp; Campinas, SP: Instituto de Economia da Unicamp, 2003, p. 71-106.

DIEESE-SC. **Reestruturação produtiva e emprego na indústria de Santa Catarina**. Florianópolis, dez. 1996. Estudo Especial.

GOULARTI FILHO, Alcides. **Formação Econômica de Santa Catarina**. In: Congresso da ABPHE, 2003. Disponível em:< <http://www.abphe.org.br/>>. Acesso em: 11 março 2008.

HARVEY, David. **Condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural**. 11. ed. São Paulo: Loyola, 2002. 349p.

IANNI, Octavio. **Estado e planejamento econômico no Brasil: (1930-1970)**. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1977. 316p.

LEONE, Eugenia, BALTAR, Paulo. Contribuição à Previdência Social e Informalidade do mercado de trabalho. **Carta Social e do trabalho**. Campinas: CESIT-UNICAMP, n.6,maio/agosto.2007.

LINS, Hoyêdo; MATTEI, Lauro. A socioeconomia catarinense no limiar do séc.XXI. **Texto para discussão**, Departamento de Ciências Econômicas/UFSC. Florianópolis, n.8, 2001.

MAIA, Alexandre. Perfil do Desemprego no Brasil nos Anos 2000. **Carta Social e do trabalho**. Campinas: CESIT-UNICAMP, n.6, maio-agosto. 2007.

POCHMANN, Marcio. **O trabalho sob fogo cruzado: exclusão, desemprego e precarização no final do século**. São Paulo: Contexto, 2002.

7. ANEXOS

Anexo A - Distribuição dos PFT por mesorregião. Santa Catarina, 1991 - 2006.

Ano	Oeste Catarinense	Norte Catarinense	Serrana	Vale do Itajaí	Grande Florianópolis	Sul Catarinense	Total
1991	127.277	182.057	44.257	199.979	189.776	93.406	836.766
1992	122.104	175.848	43.360	199.460	190.955	89.683	821.482
1993	132.469	182.160	45.800	211.726	193.181	99.862	865.650
1994	138.903	196.747	48.179	226.933	204.481	108.349	923.592
1995	148.708	186.525	47.059	219.810	202.803	103.840	908.745
1996	148.010	193.127	46.520	217.184	203.136	101.631	909.608
1997	152.748	189.847	50.867	226.730	208.925	109.591	939.741
1998	149.389	189.800	50.844	229.907	214.350	112.726	947.016
1999	163.045	205.532	53.280	245.905	222.785	121.384	1.011.931
2000	174.411	220.409	54.062	267.950	231.643	129.454	1.077.929
2001	189.890	230.314	59.222	288.482	241.749	146.055	1.155.712
2002	206.602	249.376	63.059	303.884	258.647	154.044	1.235.612
2003	217.177	260.138	66.042	320.371	267.720	160.959	1.292.407
2004	240.317	282.630	72.334	347.338	292.445	171.183	1.406.247
2005	253.936	286.620	73.350	377.170	315.095	180.798	1.486.969
2006	271.596	307.585	74.915	405.155	342.566	196.637	1.598.454
Tx Cres.	5,18	3,56	3,57	4,82	4,02	5,09	4,41

Fonte: RAIS

Anexo B - Distribuição dos PFT por setores de atividade econômica. Santa Catarina, 1991 - 2006.

ANO	Extrativa mineral	Indústria de transformação	Serviços industr. de utilidade pública	Construção civil
1991	7.208	295.120	13.708	20.806
1992	5.451	279.320	12.669	22.279
1993	5.596	304.697	13.440	23.532
1994	5.954	342.506	15.183	35.144
1995	5.678	330.015	14.469	34.089
1996	4.127	325.762	12.779	34.333
1997	4.699	322.003	12.233	35.730
1998	4.657	313.130	13.462	36.804
1999	5.164	347.396	11.680	34.696
2000	5.728	371.293	11.099	37.519
2001	5.375	390.330	13.452	41.836
2002	5.233	416.582	13.570	42.779
2003	5.432	428.723	13.840	40.874
2004	6.501	478.002	14.022	43.943
2005	6.773	493.294	14.435	49.907

2006	6.299	531.464	12.302	52.822
Taxa % ^a	-0,89	4,00	-0,72	6,41

Continuação

ANO	Comércio	Serviços	Administração pública	Agropecuár, extr vegetal, ...	Total
1991	101.141	205.346	130.528	15.046	836.766
1992	97.149	189.470	138.737	16.132	821.482
1993	101.920	186.215	140.079	17.969	865.650
1994	127.787	193.536	141.144	30.396	923.592
1995	133.412	215.098	142.081	29.067	908.745
1996	134.079	220.427	147.581	28.838	909.608
1997	149.175	239.492	146.343	29.658	939.741
1998	152.931	249.175	148.768	27.955	947.016
1999	162.521	264.010	156.041	30.370	1.011.931
2000	181.722	287.441	153.262	29.813	1.077.929
2001	197.839	306.550	166.178	34.152	1.155.712
2002	214.045	327.065	180.233	36.105	1.235.612
2003	231.860	344.944	185.844	39.937	1.292.407
2004	258.554	368.722	192.229	44.274	1.406.247
2005	283.871	397.886	196.292	44.511	1.486.969
2006	298.070	432.335	222.588	42.574	1.598.454
Taxa % ^a	7,47	5,09	3,62	7,18	4,41

Fonte: RAIS